



# REPÚBLICA PORTUGUESA

PORTUGUESE REPUBLIC

## Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo

Permit for the Private Occupation of the Maritime Space

PT2026OTPM000984101

### Caraterísticas do Título\* *Characteristics of the Permit\**

**Designação** **Imersão de materiais provenientes da 2ª fase do desmonte rochoso da construção da Nova Doca Seca Nº3**  
*Designation*

**Tipo de Uso** **Imersão de Resíduos ou Dragados**  
*Type of Use*

**Zona Marítima** *Maritime Zone* **Mar Territorial**

**Ao largo de** *Near shore* **Viana do Castelo**

**Distância à linha de base** *Distance from the coastline* **Até às 12 milhas marítimas**

**Período** *Period* **Continuuous**

### Coordenadas *Coordinates*

#### Coordenadas do Local de Imersão

ID Coordenada	Latitude	Longitude
1	N 41°38'31.6"	O 8°53'47.3"

#### Coordenadas da Área de Proteção

### Licença

**Área de:**

**implantação** *implantation*

**proteção** *protection*

**Total**

(inclui a área de proteção à área de implantação)  
(includes both protection area and implantation area)

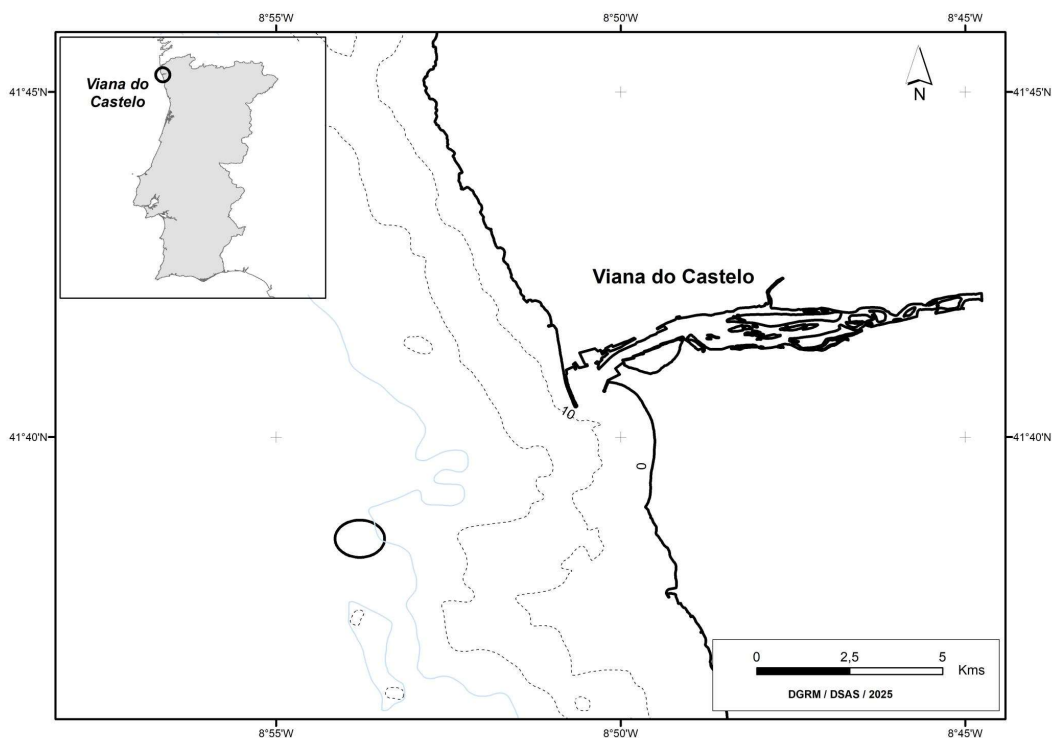
**Área de imersão** *Dumping area*

**Área** **785000.0 m2**

**Volume** **10000.0 m3**

### Anexos *Attachments*

- Outros documentos adicionados pela DGRM



### Identificação do Proprietário *Owner's Identification*

Nome *Name* WEST SEA - ESTALEIROS NAVAIS - UNIPESSOAL, LDA

NIF / NIPC *Tax No.* 510872646

Autoridade emissora *Issuing authority* DIREÇÃO GERAL DE RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS  
Edifício DGRM. Avenida Brasília, Lisboa, 1449-030 Lisboa | Portugal

N.º Documento BMar PT2026OTPM000984101  
*BMar Document No.*

A pessoa autorizada  
*Duly authorized official*

Data de emissão *Issuing date* 02/02/2026

Validade até *Valid Until* 02/06/2026

Duração *Duration* 4 Months

António Coelho Cândido

\*Este título é válido após boa cobrança da Taxa de Utilização do Espaço Marítimo, se aplicável  
*This permit is valid after good collection of the Rate of Use of the Maritime Space, if applicable*

Documento emitido nos termos do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de Março.  
A autenticidade e validade pode ser confirmada, usando o Unique Tracking Number (UTN) ou o código QR, em [www.portuguese-flagcontrol.pt](http://www.portuguese-flagcontrol.pt).  
*Issued in accordance with the Decree Law no. 38/2015, 12th March.*  
*The authenticity and validity can be verified, using the UTN or QR Code, at [www.portuguese-flagcontrol.pt](http://www.portuguese-flagcontrol.pt).*



Unique Tracking Number CgoMDGLZ1V8BnB8dBW6PGw==

## Cláusulas do TUPEM

### 1 - Descrição do projeto

A ocupação do espaço marítimo nacional (EMN) fica autorizada pelo presente TUPEM, para a imersão de material rochoso resultante das obras de construção da nova doca seca n.º 3 dos estaleiros navais de Viana do Castelo, no local definido em sede do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), n.º 7/2022, dando assim cumprimento às condições impostas na respetiva DIA emitida em 09.02.2023.

O projeto a implementar deverá dar cumprimento às condições previstas na DIA, quer ao nível das medidas de minimização quer ao nível da monitorização, que sejam aplicáveis à atividade de imersão dos materiais provenientes do desmonte do maciço rochoso em espaço marítimo nacional.

### 2 - Cláusulas gerais

- a) O direito à utilização privativa do espaço marítimo nacional, extingue-se, nas condições aplicáveis, estabelecidas no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março.
- b) A West Sea - Estaleiros Navais - Unipessoal, Lda., não poderá responsabilizar a entidade competente pela atribuição do TUPEM, nem exigir-lhe qualquer espécie de indemnização por eventuais danos provocados por causas naturais.
- c) A West Sea - Estaleiros Navais - Unipessoal, Lda., deverá garantir a manutenção das condições físico-químicas e biológicas do meio marinho.
- d) Este título não dispensa quaisquer outros condicionalismos legalmente exigíveis, devendo ser respeitadas todas as normas e regulamentos em vigor.

### 3 - Cláusulas específicas

#### Imersão de materiais provenientes do desmonte do maciço rochoso

- a) A imersão em EMN dos materiais rochosos provenientes da construção da nova doca seca n.º 3, está autorizada para um volume total de 10 000 m³ de material pertencente à Classe 2 da Portaria 1450/2007, de 12 de novembro, com dimensões inferiores a 70 cm.
- b) A deposição dos materiais em EMN deverá ser feita garantindo uma distribuição uniforme no local abaixo autorizado, de modo a não colocar em causa a segurança da navegação.
- c) O local a utilizar para a imersão deste material rochoso em EMN encontra-se previsto no PSOEM, para a imersão de materiais não compatíveis com a entrada na deriva. Situa-se para lá da batimétrica dos 20 m e é caracterizado por um ponto central com coordenadas abaixo indicadas, e um raio de 500 metros.

Coordenada do ponto central	X	Y
1	-8,896	41,642
Sist. Coord: ETRS 89 PT-TM 06		

Esta área de imersão encontra-se definida no PSOEM para a imersão de dragados ligeiramente contaminados (Classe 3), e por esse motivo não compatíveis com a entrada na deriva. Deste modo, deverá ser assegurado pela West Sea - Estaleiros Navais - Unipessoal, Lda., que a dimensão dos materiais a imergir é sempre inferior a 70 cm, de modo a não criar efeito de recife.

Deverá igualmente dar cumprimento às boas práticas para a imersão de dragados previstas na Resolução de Conselho de Ministros n.º 123/2023, de 10 de outubro.

d) A imersão dos materiais no local e condições definidas no ponto anterior, deve ser realizada durante um período de 4 meses contado a partir da data de emissão do presente TUPEM.

e) Até 10 dias após emissão do presente TUPEM, deverá ser facultado à DGRM e à Capitania do Porto de Viana do Castelo, o plano dos trabalhos para a realização de operações de imersão, o qual deverá incluir todos os meios náuticos a utilizar, com indicação dos respetivos períodos de utilização nas obras e a discriminação cronológica das várias fases dos trabalhos. Deverá ser indicado o nome e contacto do responsável da empresa que acompanha os trabalhos.

### Segurança

d) Assegurar o cumprimento das demais normas gerais relativas à segurança da navegação e das instruções estabelecidas pelo Edital n.º 321/2023, de 1 de março, da Capitania do Porto de Viana do Castelo.

e) Assegurar que as operações de imersão dos materiais são acompanhadas pela Polícia Marítima, de forma a garantir o rigoroso cumprimento da legislação aplicável, o volume e dimensão do material a imergir, o depósito dos materiais no local definido.

f) No decorrer dos trabalhos a realizar deve ser garantido o acesso das forças de segurança e de emergência, para efeitos de fiscalização ou outros, a realizar pelas respetivas autoridades competentes.

### Seguro de responsabilidade civil

g) A West Sea - Estaleiros Navais - Unipessoal, Lda. deverá celebrar e manter válido um contrato de seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir os danos decorrentes da sua atividade causados a terceiros, por ações ou omissões suas, dos seus representantes ou das pessoas ao seu serviço, pelas quais possam ser civilmente responsáveis, com um capital mínimo em conformidade com a alínea a) do artigo 5.º da Portaria n.º 239/2018, de 29 de agosto.

h) A West Sea - Estaleiros Navais - Unipessoal, Lda. pode optar por celebrar contrato de seguro próprio e autónomo ou incluir as coberturas decorrentes do número anterior nos seus programas gerais de seguros.

- i) A West Sea - Estaleiros Navais - Unipessoal, Lda. deverá remeter, até 10 dias antes da data prevista para a realização das operações de imersão, uma cópia da apólice do seguro mencionado nas alíneas anteriores.
- j) Os documentos comprovativos do seguro de responsabilidade civil, deverão ser exibidos às autoridades competentes sempre que por estas sejam solicitados.
- k) Quaisquer modificações subsequentes dos termos e condições da apólice do seguro, bem como o seu cancelamento ou redução, são objeto de comunicação prévia à entidade competente pela atribuição do TUPEM.

#### **Património arqueológico**

- l) Caso seja localizado património cultural subaquático, deverão ser seguidas as normas previstas no Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho.

#### **Taxa de utilização do espaço marítimo nacional (TUEM)**

- m) A taxa de utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUEM), será paga previamente à emissão do TUPEM, com base na previsão da quantidade de material a imergir e na respetiva caracterização físico-química.

#### **Monitorização**

- n) Até 3 meses após a conclusão dos trabalhos, deverá ser apresentado à DGRM um relatório final com o levantamento batimétrico existente após a imersão dos materiais em EMN.